

CLIPPING IMPRESSO

27/05/2019

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. DESEMBARGADOR.....	2
1.3. ESMAM.....	3 - 4
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. DESEMBARGADOR.....	5 - 6

Acusado do assassinato do tio de ex-vereador foi preso em Cajapió

A vítima foi morta a tiros em pleno centro dessa cidade durante o dia 15 novembro do ano passado; Polícial Civil está investigando o caso

A polícia prendeu ontem em cumprimento de ordem judicial João Batista Costa Abreu, idade não revelada, acusado de ter assassinado Newton Freitas Santos Filho, Sonsinho, de 39 anos, que era tio de um ex-vereador de Cajapió. O crime ocorreu no dia 15 de novembro do ano passado, no centro dessa cidade.

A equipe da Delegacia de Polícia Civil desse município estava investigando o crime e após identificar o acusado foi solicitado a prisão ao Poder Judiciário. Somente ontem, a ordem judicial foi cumprida e o detido apresentado na Delegacia Regional de Viana, onde tomaram as devidas providências.

Segundo a polícia, a vítima foi

morta a tiros e o acusado tomou rumo ignorado. O corpo de Sonsinho FOI levado para o hospital da cidade e, após os exames periciais, liberado para os familiares.

Julgamento

O agente de limpeza Marcos Leone Lopes de Sousa, de 25 anos, vai sentar nesta segunda-feira, 27, no

banco dos réus do fórum de Imperatriz. A polícia informou que ele é suspeito de ter assassinado o carroceiro George Gomes Roberto, no dia 23 de novembro de 2015, no bairro do Bonsucesso, nessa cidade.

No depoimento para a polícia, Marcos Leone confessou a autoria do crime e afirmou que tinha tido uma desavença com a vítima há quatro anos. Durante a biga, o carroceiro teria agredido fisicamente o agente de limpeza. No dia do crime, Marcos Leone, de posse de uma arma de fogo, seguiu a vítima e realizou a ação criminosa. A vítima estava de bicicleta e foi morta a tiros. ●



Newton Freitas (foto) foi assassinado por João Batista Costa Abreu

Assim começa a judicialização da política

LOURIVAL SEREJO

Li pelos jornais a notícia de que seis partidos políticos entraram com uma ação no Supremo para anular a sessão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados que aprovou a Proposta de Emenda à Constituição sobre a Reforma da Previdência. Outra matéria noticia que determinado partido político se insurgirá judicialmente contra o corte de verbas para as universidades federais.

Tornou-se comum todas as leis polêmicas aprovadas pela Câmara serem alvo de ações por parlamentares da oposição, requerendo, ora a nulidade de alguma votação, ora a inconstitucionalidade de leis. Ocorre, também, quando a decisão é administrativa e não há unanimidade de entendimento ou na interpretação do Regimento da Casa. Várias ações de repercussão no direito eleitoral foram ajuizadas, nos últimos anos, perante o Supremo, por agremiações políticas. Quem duvida de que a Reforma da Previdência, depois de promulgada, vai acabar no STF?

É desse modo que se judicializa a política, levando os grandes debates públicos para o Judiciário. São os chamados litígios estruturais, que tiveram sua origem nos Estados Unidos e disseminaram-se para outros países, como uma nova atribuição do Judiciário para concretização dos direitos fundamentais e demais postulados constitucionais.

O Supremo Tribunal Federal está em seu lugar, inerte, sem dizer nada, sem querer se envolver em questões políticas, e, de repente, é acionado para decidir ações desse jaez. Que fazer? Dizer que não conhece os pedidos, simplesmente? Dizer que não pode julgar ações de natureza política? Não pode. Sua obrigação é decidir.

O surpreendente é que, depois, os mesmos deputados - geralmente da oposição -, que ajuizaram as ações vão apregoar que o Supremo está se intrometendo em matéria da prerrogativa do Legislativo.

Por esse exemplo, fica bem claro o que é judicialização da política. É uma iniciativa que vem de fora pra dentro. Diferente do ativismo, que é de dentro para fora. Para alguns doutrinadores, na judicialização, a política invade a Justiça, enquanto no ativismo, o judicial se intromete no Legislativo e no Executivo para suprir omissões. Sempre provocado. Atentem bem: sempre provocado.

Na judicialização, a Justiça é convocada a dirimir conflitos que se instalaram em outros poderes. Conflitos de natureza política, econômica e social, todos com repercussão na sociedade e na economia do país.

O lado positivo da judicialização é a demonstração de confiança na independência do Judiciário e no seu poder contramajoritário. Mas a população nem sempre entende assim, principalmente quando é manipulada pelas redes sociais.

Por sua posição estática (esta é a postura institucional do Judiciário: é um poder inerte; só age quando convocado), os tribunais não vão atrás das questões; elas é que vão a eles e que-rem uma resposta. Nenhum juiz pode se eximir de decidir. É um postulado processual e constitucional (a inafastabilidade da prestação jurisdicional).

Os políticos e parlamentares que criticam a intromissão da Justiça na política deveriam antes resolver seus problemas na própria Casa: o Congresso Nacional. E não judicializar qualquer desentendimento.

É preciso esclarecer também que esse fenômeno da judicialização não é exclusivo do Brasil. Está ocorrendo em vários países como uma nova expressão das democracias contemporâneas e da afirmação do Judiciário como poder efetivo e "garantidor das promessas", como preconiza Antoine Garapon.

Outro detalhe: se o STF é convocado a dirimir algum conflito político, necessariamente exigirá o cumprimento de sua decisão. Para isso, a Constituição conferiu-lhe legitimidade, com apoio dos representantes do povo, na Constituinte.

É essa a posição da Justiça. Só os que não a compreendem é que ficam falando tolices, ameaçando a democracia, a independência dos poderes e a paz que o desempenho judicial garante, a cada dia, neste vasto país chamado Brasil.

Mobilidade

De Jesus



Carrinhos elétricos com finalidade de contribuição ao trânsito de pessoas com baixa mobilidade têm sido cada vez mais adotados pelo público-alvo, no Centro Histórico de São Luís. População demonstra satisfação com projeto. CIDADES 6

Transeuntes com baixa mobilidade utilizam os carrinhos elétricos

População demonstra satisfação com implantação de projeto de mobilidade urbana; carrinhos facilitam trânsito por rotas pouco acessíveis localizadas no Centro Histórico de São Luís

De Jesus

Desde que passaram a circular no Centro Histórico de São Luís, os carrinhos elétricos com finalidade de contribuição ao trânsito de pessoas com baixa mobilidade têm sido cada vez mais adotados pelo público-alvo. Com a pavimentação de paralelepípedos desnivelada por causa da ação do tempo, a mobilidade na região gerava dificuldade para cadeirantes, por exemplo. No atual momento, dois veículos prestam o serviço público e facilitam o acesso a pontos que, para algumas pessoas, poderia ser uma árdua tarefa em alcançá-los.

Resultado de iniciativa da Vara de Interesses Difusos e do Ministério Público da Comarca de Raposa, na Região Metropolitana, os carrinhos elétricos têm poupado grande quantidade de pessoas com mobilidade reduzida do risco de tropeçarem em trechos de pavimentação desgastada no Centro Histórico, local onde funciona muitos órgãos a serviço da população, bem como de grande movimentação turística, mas com pouca, ou “sem nenhuma acessibilidade”.

“Felizmente as pessoas com mobilidade reduzida agora têm o poder público a seu favor. Antes, se locomover pela região era sinônimo de dificuldade, porque as ruas daqui, em sua maioria, não apresentam nenhuma acessibilidade e acaba prejudicando boa parte da população que vem a turismo ou mesmo em busca de algum serviço. Portanto, vejo essa iniciativa como sendo louvável, já que, diretamente, beneficia um público que realmente necessita de apoio”, contou a professora e



População utilizando os carrinhos elétricos como forma de locomoção nas ruas do Centro Histórico

SAIBA MAIS

Os carrinhos elétricos funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

gestante Letícia Martins, que utilizou gratuitamente do serviço e aprovou o projeto.

Assim como ela, sua mãe que a acompanhava, a idosa e dona de casa Enésima Rego, também elogiou a iniciativa e disse que, mais que nunca, o Centro Histórico de São Luís, cheio de suas belezas, tornou-se um atrativo que pode ser frequentado por todo mundo, inclusive por quem evita a região por causa de dificuldade em pisos e calçadas acessíveis. “A implantação desse meio de transporte é muito importante para os

idosos, gestantes, e todas as pessoas com deficiência que já deixaram de vir à Praia Grande um dia por causa de dificuldade em se locomover. É muito bom ver que dessa vez o poder público pensou na população e nos direitos dela”, frisou.

Benefícios

Os carrinhos elétricos possuem espaço para cadeirante e acompanhantes e são conduzidos por profissionais da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). Inicialmente, o projeto é de uso exclusivo às pessoas com deficiência e baixa mobilidade. Os condutores foram treinados pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), para um bom atendimento aos passageiros. A capacitação, que também foi rea-

lizada pela Escola Superior da Magistratura (Esmam), teve por objetivo garantir a acessibilidade atitudinal, que consiste em eliminar atitudes baseadas em preconceitos e estigmas que são barreiras no processo de inclusão.

Os veículos partem das vagas especiais do estacionamento da Praia Grande e percorrem ruas como a Travessa Boa Ventura, a Rua da Estrela, Rua Djalma Dutra e a Rua da Feira da Praia Grande. Com a rota definida pela SMTT, a passagem por pontos estratégicos garante acesso a estabelecimentos e órgãos como Banco do Brasil, Câmara Municipal de São Luís, Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Setur), Caixa Econômica Federal e Centro de Criatividade Odylo Costa Filho. ●

APARTE *Multiplicando malandragens*

Maranhão ainda vive a velha fórmula da política de destruição de imagens dos homens públicos utilizando veículos e pessoas da comunicação para denegrir e derrubar ocupantes de cargos públicos.



APARTE

Felipe Klamt
felipeKlamt@yahoo.com.br



Multiplicando malandragens

Maranhão ainda vive a velha fórmula da política de destruição de imagens dos homens públicos utilizando veículos e pessoas da comunicação para denegrir e derubar ocupantes de cargos públicos. Jefferson Portela, delegado austero, ficha impecável e limpa, membro leal ao governador Flávio Dino e camarada convicto do PC-doB, vive o momento da experiência no furacão que criaram para tentar a instabilidade no sistema de segurança do estado. Delegados marginais, devidamente identificados por crimes, simplesmente ganham espaço diário na mídia paralela fustigando a intriga entre o executivo e o judiciário. Fato e roteiro devidamente definido por integrantes da oposição, comunicação, judiciário e ex-dirigentes da segurança pública financiam a maior comédia dos últimos tempos. Afirmar que o secretário de Segurança estava bisbilhotando desembargadores poderia ser uma grave falta de um servidor público, mas, sem provar, constitui em um sórdido jogo de poucos que perderam o poder. Nem adianta tentar, todos estão devidamente identificados e enquadrados judicialmente. No caso dos delegados acusadores nada muda, não existe mais o respeito da sociedade e maneiras de escapar das condenações, questão de tempo. Quanto aos divulgadores utilizados para dar a sensação de verdade no tema repetido para ver se gruda na opinião pública sobre cabeludos processos, vai custar caro caso os financiadores não dividam as responsabilidades na hora das condenações. Executivo, judiciário e legislativo pertencem ao pós-Sarney, expurgaram suas influências, sobra uns restos nestes poderes. Dino não se abala por pouco, Portela continua secretário cada dia mais poderoso e rígido. Afinal, que havia para investigar sobre estes membros de toga?